



Habeas Corpus nº: 204260-6
Comarca Origem: Olinda – 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria Mylene de Andrade Montenegro
Paciente: **Thiago Bezerra da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. LIBERDADE PROVISÓRIA. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. VEDAÇÃO LEGAL. ORDEM DENEGADA.

- 5504
1. Inocorrência de constrangimento ilegal visto que o magistrado indeferiu o pleito de liberdade provisória em face do entendimento do Ministério Público quanto à necessidade da segregação do paciente, baseado em fundamentos concretos e legítimos para fundamentar a prisão preventiva.
 2. Jurisprudência do STJ no sentido de que o fato de o paciente ser primário, ter endereço certo e profissão definida não impede, por si só, a prisão cautelar, se presentes os seus requisitos.
 3. Em se tratando de crime de tráfico de entorpecentes, há previsão expressa no art. 44 da Lei 11.343/06 vedando a concessão da liberdade provisória. Precedentes do STF.
 4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 204260-6, da Comarca de Olinda, em que figura, como impetrante, a advogada Maria Mylene de Andrade Montenegro e, como paciente, **Thiago Bezerra da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



158

Habeas Corpus nº: 204260-6
Comarca Origem: Olinda – 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria Mylene de Andrade Montenegro
Paciente: **Thiago Bezerra da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório em favor do paciente Thiago Bezerra da Silva, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória, com expedição de alvará de soltura.

Sustenta o impetrante não subsistirem razões para a manutenção da prisão cautelar, sobretudo porque o paciente possui bons antecedentes e residência fixa.

Alega estar sofrendo constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência dos requisitos para a decretação da preventiva. Aduz, ainda, ser o paciente deficiente mental.

Pedido de liminar indeferido. (fls. 59/60)

Informações da autoridade dita coatora acostadas às fls. 69/70.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

159



A Procuradoria de Justiça, em Parecer acostado às fls. 75/78, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



160

Habeas Corpus nº: 204260-6
Comarca Origem: Olinda – 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria Mylene de Andrade Montenegro
Paciente: **Thiago Bezerra da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Da análise dos autos infere-se que o paciente foi preso em flagrante no dia 19 de novembro de 2009 por terem sido encontrados em seu poder 16 pedras da substância entorpecente conhecida por crack, 09 papелotes de maconha e 02 pés de *canabis sativa linneu* plantados em uma lata.

Assim, responde o paciente a acusação de prática do crime inserto no art. 33 da Lei 11.343/06.

Diferentemente do que sustenta o impetrante, não vislumbro a ocorrência do alegado constrangimento ilegal.

É que o pedido de liberdade provisória foi indeferido pelo magistrado *a quo*, em face do entendimento do Ministério Público quanto à necessidade da segregação do paciente, considerando a gravidade dos fatos e a natureza do ilícito.

A respeito da possibilidade do indeferimento da liberdade provisória adotando-se as razões do Ministério Público, extraio trecho do parecer da d. Procuradoria da Justiça: "Ora, não há de se falar em mácula da decisão que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



161

indeferiu a liberdade provisória, em virtude de ter sido adotado o parecer do Ministério Público, como razão de decidir, especialmente quando este foi baseado em fundamentos concretos e legítimos para fundamentar a prisão preventiva." (fls. 76)

Sabe-se, ainda, que o fato de ser o paciente primário, possuir endereço certo e profissão definida não impede, por si só, a custódia cautelar, se presentes os seus requisitos. É uníssona a jurisprudência de nossos Tribunais Superiores nesse sentido. Senão vejamos o seguinte aresto do STJ:

"As condições pessoais favoráveis do recorrente - primariedade, bons antecedentes, residência fixa e atividade lícita - não são garantidoras de eventual direito de liberdade quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes". (STJ, RHC 16998 / MG, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 11.04.2005, p. 334)

Ademais, no presente caso, trata-se de crime de tráfico de entorpecentes, hipótese em que há previsão legal expressa no art. 44 da Lei 11.343/06 vedando a concessão da liberdade provisória.

Tal dispositivo legal tem sido plenamente aplicado pelos tribunais pátrios, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, sendo, assim, de se afastar eventual alegação de inconstitucionalidade. A respeito, transcrevo o seguinte julgado, *verbis*:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE ENTORPECENTE E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/2006). CRIME HEDIONDO. CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDA. OBSTÁCULO DIRETAMENTE CONSTITUCIONAL: INCISO XLIII DO ART. 5º (INAFIANÇABILIDADE DOS CRIMES HEDIONDOS). OBSTÁCULO LEGAL: ARTIGO 44 DA LEI 11.343/2006. JURISPRUDÊNCIA DO STF. ORDEM DENEGADA. 1. Se o crime é inafiançável e preso o acusado em flagrante, o instituto da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

162



liberdade provisória não tem como operar. O inciso II do art. 2º da Lei nº 8.072/90, quando impedia a "fiança e a liberdade provisória", de certa forma incidia em redundância, dado que, sob o prisma constitucional (inciso XLIII do art. 5º da CF/88), tal ressalva era desnecessária. Redundância que foi reparada pelo artigo 1º da Lei nº 11.464/2007, ao retirar o excesso verbal e manter, tão-somente, a vedação do instituto da fiança. 2. Manutenção da jurisprudência desta Primeira Turma, no sentido de que "a proibição da liberdade provisória, nessa hipótese, deriva logicamente do preceito constitucional que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais: ...seria ilógico que, vedada pelo art. 5º, XLIII, da Constituição, a liberdade provisória mediante fiança nos crimes hediondos, fosse ela admissível nos casos legais de liberdade provisória sem fiança..." (HC 83.468, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence). 3. Acresce que a impossibilidade de concessão da liberdade provisória do paciente, no caso dos autos, decorre de óbice legal específico (artigo 44 da Lei Nº 11.343/2006). Óbice que dispensa a fundamentação da custódia cautelar do paciente, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A título de amostragem, o HC 93.302, da relatoria da ministra Cármen Lúcia. 4. Ordem denegada. (HC 97059, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 19/05/2009, DJe-113 DIVULG 18-06-2009 PUBLIC 19-06-2009 EMENT VOL-02365-02 PP-00407)(grifo nossos)

Por fim, no que se refere à alegação de ser o paciente deficiente mental, a impedir a sua custódia, também não há qualquer pecha a ser reparada, visto que a autoridade tida como coatora já determinou a instauração do incidente de insanidade mental e a transferência do paciente para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, a fim de ser realizado exame pericial.

Assim sendo, ante a ausência de constrangimento ilegal, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora substituta